

ACTA N.º 7

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 19 DE JANEIRO DE 2006: -----

----- No dia dezanove de Janeiro do ano dois mil e seis, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro, e dos Senhores Vereadores, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco e Carlos Alberto Gonçalves Marques. -----

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1.ª Classe Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas **14,30 horas**, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1) O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu que os moradores dos lugares de Adões e Sargento-Mor reclamam pelo facto de suportarem encargos maiores com o fornecimento de água pelos Serviços Municipalizados de Coimbra, do que teriam caso fossem abastecidos pela Câmara Municipal de Mealhada, sentindo-se discriminados em relação às outras povoações do Concelho da Mealhada. -----

O Senhor Presidente referiu que compreende a posição das populações, mas que a Câmara Municipal de Mealhada não pode intervir na fixação dos preços que é da responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Coimbra. Alertou apenas para o facto de que o preço da recolha do lixo não deve ser incluído na factura da água que é fornecida por Coimbra, porque a recolha é efectuada pelos serviços da Câmara Municipal da Mealhada. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais voltou a intervir para solicitar que fosse publicitado um aviso que esclarecesse as populações sobre este assunto. -----

2) O Senhor Vereador Calhoa Morais perguntou quando se efectuaria a ligação dos semáforos do cruzamento da Pampilhosa, tendo o Senhor Presidente informado que se aguarda que a CERTIEL proceda à vistoria. -----

3) O Senhor Vereador Calhoa Morais voltou a intervir, para se congratular pelo arranjo urbanístico da Praça do Choupal, na Mealhada. -----

O Senhor Vereador António Franco, aproveitando a intervenção do Senhor Vereador Calhoa Morais, esclareceu que a obra ainda não está concluída, faltando aplicar material específico nos caminhos do parque. Disse ter também havido sugestões por parte de particulares no sentido de o parque ser vedado, contudo informou que essa não é a opinião do arquitecto autor do projecto. -----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio para concordar com as palavras do Senhor Vereador Calhoa porque de facto considerou as obras do arranjo da zona envolvente ao Arquivo Municipal de bom gosto e pertinentes. Acrescentou que várias pessoas sugeriram que o muro de protecção da vala fosse alteado cerca de um metro. O Senhor Vereador António Franco explicou que segundo a opinião do arquitecto, subir a altura da vedação não é a melhor opção. -----

3) O Senhor Vereador Breda Marques disse ter verificado que foram instalados novos quiosques na Avenida Navarro, no Luso, e questionou se os mesmos serão ocupados pelos proprietários dos actuais quiosques que existem no local. -----

O Senhor Presidente respondeu que os novos quiosques foram colocados no final de Dezembro e a intenção é a de instalar nos mesmos os actuais vendedores, com melhores condições, apesar dos actuais vendedores ambulantes terem licença a título precário. -----

O Senhor Vereador Breda Marques perguntou se houve contactos por parte da Câmara Municipal com os vendedores sobre a instalação nos novos quiosques, tendo o Senhor Presidente dito que a Câmara Municipal irá comunicar a todos as condições, sendo certo que todos têm conhecimento da situação pela Junta de Freguesia do Luso. -----

4) O Senhor Vereador Breda Marques referiu que teve conhecimento da presença do Senhor Secretário de Estado do Desporto no Concelho e perguntou se vão ou não ser disponibilizadas verbas para o Centro de Estágios do Luso. -----

O Senhor Presidente disse que quem esteve no Concelho foi o Senhor Laurentino Dias e o Presidente da Câmara Municipal não esteve presente, mas sim o cidadão Carlos Cabral. Quanto a verbas para o Centro de Estágios, o Senhor Presidente disse que não vai haver qualquer transferência de verbas da Administração Central. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que essa é uma informação importante quando é sabido ter sido afirmado que a Câmara Municipal apenas não recebeu dinheiro porque era de “cor” diferente do Governo, e apesar de actualmente o Governo ser da mesma “cor” da Câmara Municipal a situação não se alterou já que também não há dinheiro. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que no âmbito do Euro 2004 foi feito o desafio à Câmara Municipal para a construção de um centro de estágio para apoio aos estádios de futebol de Coimbra e de Aveiro para a realização do Euro 2004, com a garantia de apoios por parte do Governo. Foi nesse contexto que surgiu o investimento. Se à partida a Câmara Municipal soubesse que teria que suportar todo o encargo, a posição da Câmara poderia ter sido outra, o investimento poderia ter sido realizado de forma diferente. Porque não se pode esquecer que existem outras prioridades para o Concelho. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que relativamente ao Centro de Estágios comunga da opinião da Senhora Vice-Presidente ao dizer que existem outras prioridades no Concelho, em relação a outras obras, mas apesar de tudo disse ter notado alguma incoerência nas palavras da Senhora Vice-Presidente por ter afirmado que a obra do Centro de Estágios seria realizada em qualquer caso independentemente da realização do Euro 2004 e agora está dizer exactamente o contrário. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu não ser contra a obra, continua a afirmar a sua importância o que poderia era ter sido feita noutros moldes, faseada, por exemplo. ----

O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir para perguntar ao Senhor Presidente se não houve uma certa ligeireza na criação daquela infra-estrutura, pois acha que a Câmara Municipal deveria ter tomado providências para evitar que esta situação se verificasse depois de tanto tempo, e que agora, após dois anos, tenha a Câmara Municipal que suportar todos os encargos. -----

O Senhor Presidente perguntou se a crítica do Senhor Vereador Carlos Marques se dirigia ao anterior Executivo, tendo o Senhor Vereador Carlos Marques respondido afirmativamente. O Senhor Presidente referiu que, a ser assim, o Senhor Vereador também estava a criticar a actuação do Senhor Vereador Breda Marques, uma vez que a construção do Centro de Estágios foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que o que está em causa é a actuação do actual Governo, porque a posição do P.S.D. sobre esta matéria foi sempre a mesma, sempre entenderam a importância do Centro de Estágios. -----

O Senhor Presidente referiu que o que é certo é que na altura da candidatura foi garantido o apoio por parte do Governo do P.S., e posteriormente o Governo do P.S.D. alterou as regras de candidatura só sendo possível apresentar candidaturas depois da obra estar iniciada, não concordando por isso com a opinião do Senhor Vereador

Carlos Marques quanto à alegada ligeireza no tratamento deste assunto por parte da Câmara Municipal. -----

5) O Senhor Vereador Carlos Marques perguntou em que fase se encontra o processo referente ao Cine Teatro da Pampilhosa, tendo o Senhor Presidente dito que como é do conhecimento geral, o Cine Teatro da Pampilhosa não é municipal, mas que apesar disso a Câmara Municipal está a apoiar refazendo o Caderno de Encargos e Programa de Concurso que tinha oito anos. Posteriormente a Direcção do Grémio de Instrução e Recreio, proprietária do imóvel, irá pôr a empreitada a concurso. -----

6) O Senhor Vereador João Pires interveio para referir que teve conhecimento por parte de alguns encarregados de educação da E. B. 1 da Mealhada, da existência de um questionário sobre o fornecimento de refeições aos alunos, que não permitia uma escolha esclarecida. Disse que gostaria de saber qual a intervenção da Câmara Municipal no processo, uma vez que a manutenção desse equipamento é da sua responsabilidade, nomeadamente se a intenção é a de fornecer essas refeições e se a Câmara se questionou sobre as consequências que daí obrigatoriamente advêm, em particular no desemprego que esta medida pode provocar. -----

A Senhora Vice-Presidente informou que as Câmara Municipais foram contactadas pelo Ministério para colaborarem no processo. Disse que a Câmara Municipal apresentou logo a sua intenção de adesão ao Programa de Generalização de Fornecimento das Refeições ao 1.º Ciclo para posteriormente formalizar a candidatura. Nesse sentido foi enviada uma ficha aos Agrupamentos com um questionário de levantamento da situação – quantas crianças já comem em instituições, quantas crianças estariam interessadas em beneficiar do programa. Acrescentou ter contactado os Presidentes dos Agrupamentos e solicitado informação às I.P.S.S. que desenvolvem ATL's, se tinham ou não capacidade de alargar a sua oferta a outras crianças. Disse não ter questionado as instituições da Mealhada, porque é do conhecimento geral que as mesmas têm capacidade para prestar esse serviço. Informou ainda que posteriormente será feito um protocolo com as instituições que já estão no terreno e que estejam disponíveis. É do interesse de todos o desenvolvimento do Programa, pois os pais beneficiarão de comparticipação nas despesas com a refeição em instituições. -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 6), após se ter procedido à sua leitura. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

2. REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ESCOLA PROFISSIONAL DA MEALHADA, LDA – DESPACHO N.º 2/2006. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Senhora Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores José Carlos Calhoa Morais e António Jorge Fernandes Franco e com as abstenções dos Senhores Vereadores Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques, aprovar o Despacho do Senhor Presidente exarado em 13/01/06, que a seguir se transcreve: -----

DESPACHO N.º 02/2006 -----

Em reunião da Câmara Municipal de Mealhada de 25 de Outubro de 2005 foi deliberado ratificar o meu Despacho n.º 33/2005, de 24 de Outubro do mesmo ano, de nomeação da Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro, como gerente da Escola Profissional da Mealhada Ld.ª, em cumprimento do previsto no artigo 9.º do Contrato de Sociedade que estipula que um dos gerentes da sociedade é nomeado pelo sócio “Município de Mealhada”. -----

Desse despacho não se fez constar expressamente que a nomeação da Sr.ª Vice-Presidente como gerente, é limitada ao período do actual mandato (2005/2009), menção que é exigida para efeitos de registo da nomeação na Conservatória do Registo Comercial da Mealhada. -----

Proponho assim, que a Câmara Municipal delibere, no exercício da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomear a Sr.ª Vice-Presidente para exercer as funções de gerente da mencionada sociedade no período correspondente ao actual mandato. Mealhada, 13 de Janeiro de 2006 -----

O Presidente da Câmara, (Carlos Alberto da Costa Cabral). -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

3. ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE AVEIRO – DISTINÇÃO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da decisão da Associação de Atletismo de Aveiro de distinguir a Câmara Municipal da Mealhada como Membro Honorário 2005 da Associação, como resultado de todo o esforço implementado no concelho em prol do Atletismo e conseqüente assídua colaboração com a Associação na disponibilização de recursos humanos e infra-estruturas para a realização de diversos eventos. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que os Vereadores do P.S.D. se congratulam pela distinção atribuída à Câmara Municipal pela Associação de Atletismo de Aveiro. -----

4. SERVIÇOS SOCIAIS CULTURAIS E DESPORTIVOS DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA – SUBSÍDIO.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio mensal de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros) aos Serviços Sociais Culturais e Desportivos dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Mealhada. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

5. JUNTA DE TURISMO DE LUSO-BUÇACO – ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO DE 2006. -----

A Câmara Municipal analisou o Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 2006, da Junta de Turismo de Luso-Buçaco. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que ao analisar o documento esperava outro tipo de Plano de Actividades da Junta de Turismo Luso-Buçaco, dando como exemplo, possíveis parcerias com os hotéis da zona na área da formação, parcerias com os restaurantes, para incitar as pessoas que os visitam a deslocar-se também ao Luso e Buçaco. Acrescentou que o documento denota uma falta de visão estratégica que não se coaduna com grandeza do Luso e da Serra do Buçaco. -----

O Senhor Presidente referiu entender que o Orçamento e Plano de Actividades é limitado, no entanto tem que se ter em conta que a Junta de Turismo não tem receitas próprias. -----

A Senhora Vice-Presidente interveio para referir que as últimas Juntas de Turismo têm feito um trabalho meritório apesar das poucas receitas que têm. A actual Junta está a desenvolver alguns projectos muito interessantes e, do diálogo que tem estabelecido com os membros da Junta, se houver apoios, este organismo poderá tornar-se uma peça fundamental na promoção do Turismo no Concelho. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Senhora Vice-Presidente, dos Senhores Vereadores José Carlos Calhoa Morais e António Jorge Fernandes Franco e com as abstenções dos Senhores Vereadores Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques, emitir parecer favorável ao Orçamento e Plano de Actividades para 2006, da Junta de Turismo Luso-Buçaco e remeter à Secretaria de Estado do Turismo. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

O Senhor Vereador Breda Marques apresentou a Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Os Vereadores do P.S.D. vêm por este meio justificar a sua abstenção ao Plano de Actividades e Orçamento apresentado pela Junta de Turismo Luso-Buçaco. -----

Na nossa opinião a grandeza do Luso e do Buçaco não se compadece com as limitações e a falta de visão estratégica que este Plano e Orçamento nos oferece. -----

As despesas correntes são muito superiores face às despesas de investimento. -----

O Plano de Actividades é muito vago, sugerimos várias acções que sem qualquer custo poderiam ser vantajosas para o nosso Concelho, por vezes a criatividade e a imaginação podem ser a chave para alguns problemas financeiros. -----

Esta votação, que fique claro, nada tem a ver com a dedicação e o empenho dos dirigentes da Junta Turismo Luso-Buçaco. -----

Os Vereadores do P.S.D. (Gonçalo Breda Marques. João Pires, Carlos Marques). -----

6. CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CENTRO DE TREINOS E ESTÁGIOS DO LUSO/MEALHADA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, exarado em 3/01/2006, que aprovou o Caderno de Encargos e Programa de Concurso, bem como a abertura do Concurso Público para a adjudicação do Direito de Exploração do Bar do Centro de Treinos e Estágios do Luso / Mealhada. -----

7. VENDA DE LOTES DE TERRENO DA ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA – INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir o Lote 27 à empresa Frigoríficos Amaral e o Lote 9 à empresa STIB - Sociedade de Transportes Internacionais da Bairrada, nos termos da informação de 16/01/2006, do Senhor Técnico Urbanista. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

8. ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA (1ª ALTERAÇÃO) – INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, de 16/01/2006, sobre o assunto mencionado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Alteração ao Loteamento da Zona Industrial da Pedrulha, nos termos da informação técnica acima referida, devendo proceder-se à discussão pública. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

9. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos e indeferidos por despachos do Senhor Presidente da Câmara, proferidos de 5 a 18 de Janeiro de 2006 e de 22 de Dezembro de 2005 a 18 de Janeiro de 2006, respectivamente, no exercício das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal na reunião de 25 de Outubro de 2005.-----

PROCESSO N.º 07.05.3130 (Pedido de Parecer nos termos do art.º 54.º da lei n.º 64/2003 de 23/08) – FLORINDO CARVALHO DINIS E ARMÉNIO CARVALHO DOS SANTOS. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente, exarado em 6/01/2006, por força do qual foi emitido parecer favorável ao pedido mencionado em epígrafe, nos termos e condições previstas na informação técnica n.º 1 de 04/01/2006. -----

PROCESSO DE OBRAS N.º 128/99 – PEDRO JORGE DA CRUZ VÁRZEAS. -

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação técnica n.º 2, de 10/01/2006, e nos termos previstos na mesma, reconhecer o interesse na conclusão das obras a que se refere o já citado processo, não sendo aconselhável a sua demolição por razões ambientais, urbanísticas, técnicas e económicas, devendo para o efeito ser concedida licença especial para conclusão das obras, ao abrigo do disposto no art.º 88º, n.º 3, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

10. REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL – PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal analisou a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do P.S.D., que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA -----

Os Vereadores do P.S.D. vêm por este meio propor ao Executivo Municipal o seguinte: -----

Na tentativa e com a perspectiva de que esta medida possa ter influência na participação e na valorização do trabalho autárquico, propomos que as reuniões de Câmara sejam realizadas de “Porta Aberta”, possibilitando assim que os munícipes interessados possam assistir às reuniões. -----

Os Vereadores do P.S.D. (Gonçalo Breda Marques, João Pires, Carlos Marques). -----

O Senhor Presidente disse que foi posta em causa a transparência das reuniões do Executivo num órgão de comunicação social e por essa razão, para que não restem dúvidas de que nada há a esconder, propôs que as reuniões da Câmara Municipal sejam públicas, pois só dessa forma será concretizada a intenção de permitir uma maior participação dos munícipes, pois a proposta dos Senhores Vereadores do PSD não cumpriria esse desiderato, já que as denominadas reuniões de “Porta Aberta”,

mais não permitem do que uma assistência não participada, isto é, as pessoas podem estar presentes mas não podem intervir.-----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que ficou satisfeito com a proposta do Senhor Presidente, tendo acrescentado que quando se falou de transparência isso não teve nenhuma conotação negativa. Propôs ainda que as reuniões, além de serem públicas, sejam descentralizadas, utilizando-se os edifícios das Juntas de Freguesia para reunir. -----

O Senhor Presidente disse ser complicado em termos logísticos a realização de reuniões nas Juntas de Freguesia, até porque a experiência de outros mandatos não foi muito bem sucedida. O Senhor Vereador Breda Marques voltou a intervir para referir que respeita a argumentação, mas que gostaria ainda que o assunto fosse analisado posteriormente na sequência de proposta a apresentar para o efeito. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu, sobre a proposta em análise, da realização de reuniões de “Porta Aberta”, que a transparência decorre desde logo do facto de as actas das reuniões serem publicitadas. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio para ler a intervenção que a seguir se transcreve: -----

“ Sou a favor da proposta de abertura das reuniões de Câmara, (passando todas a públicas, com atendimento ao público) e abertas a todos os interessados. -----

Contudo, quero realçar que tomei conhecimento da referida proposta, através do Jornal Mealhada Moderna do dia 11/01/2006, como um assunto a ser tratado na reunião de 19/01/2006, para a qual ainda não tinha recebido a agenda. Também no Jornal Diário de Coimbra de 14/01/2006, vem publicado um artigo com uma entrevista ao Sr. Vereador Breda Marques, onde entre outras coisas, refere ... “transparência” ... da vida autárquica do Concelho de Mealhada. Com a carga mediática, que V. Exa. imprimiu a uma simples e banal proposta (porque nesta autarquia existem dias de atendimento ao munícipe – quer do Sr. Presidente, quer da Sra. Vice-Presidente, quer do Sr. Vereador António Jorge, quer dos responsáveis pelos Serviços Técnicos, porque aqui não existem assessores, toda a gente dá a cara mas, -----

Esqueceu-se o Senhor Vereador do peso da referida palavra, no contexto da vida publico-politica deste país, tanto mais que ocupa um lugar político, mas e só por ser da oposição, não tenho de lhe reconhecer o direito de enxovalhar alguém, tanto mais que neste Estado de direito que todos proclamamos, esta autarquia tem ao longo dos anos sido inspeccionada pelos órgãos competentes, e nenhum membro do actual ou dos anteriores executivos saiu beliscado, sobre a gestão desta casa. -----

Mas como disse sou favorável à abertura das reuniões ao público e apresento doze razões que justificam esta minha posição: -----

1ª Porque assim, como diz o sábio povo, “...deixo de ser o último a saber “. Estive na última reunião de Câmara e não vi V. Exa. a apresentar qualquer proposta, contrariamente ao que está escrito nos Jornais.

2ª Porque com esta proposta, talvez se acabem as fugas de informação. Será mais fácil obter os assuntos a tratar nas reuniões de Câmara, antecipadamente, bastando apenas consultar o jornal. -----

3ª Pela Igualdade de Oportunidades. Na última reunião estiveram presentes dois jornalistas de dois órgãos de informação escrita. Um pelos vistos, teve ou viu V. Exa. a entregar a proposta. O outro foi como eu. Não estivemos atentos aos pormenores ou V. Exa. não entregou proposta nenhuma. Foi este o caso. -----

4ª Pela Postura e Frontalidade, V. Exa. diz que nada tem a ver com o referido jornal (Mealhada Moderna), mas aparece numa fotografia do Jantar de Natal com os colaboradores. Até hoje ainda não o vi desmentir. Também compreenda-se uma fotografia vale mais que mil palavras. Relembro-lhe que foi intenção por parte da bancada do PSD, a abertura de um inquérito às fugas de informação, envolvendo funcionários e nós todos. Recordam-se? A memória ainda deve estar fresca. Por isso fiquei estupefacto quando vi V. Exa., aprovar na última reunião a acta da reunião anterior, sem alterar nada deste assunto, mas também compreendo, estava demasiado preocupado com o Carnaval. Um pedido de desculpas ficar-lhe-ia bem. -----

5ª Para acabar com o “show-off” que V. Exa. faz. Parece que faz muito. Parece que propõe muito, mas acaba por propôr uma mão cheia de nada. Neste mandato e penso que nos anteriores existiram em média duas reuniões mensais. Uma é já era pública, com atendimento ao público. A outra não. Contudo V. Exa. nos jornais fala em reuniões no plural. Desconheço se existiu mais alguma para a qual não fui convocado. -----

6ª Justifica V. Exa. “... por uma política de total transparência ...” Presumo que V. Exa. não saiba o que isto é. Quero-lhe dizer que estou neste barco de livre vontade, com as mãos limpas e sem quaisquer ambições ou objectivos pessoais. -----

7ª Porque entendo que a transparência e a honestidade, não se apregoam. Praticam-se. E competem-nos a todos nós. -----

8ª Em nome da tal dita transparência, só à pouco tempo compreendi, a tão famigerada reunião, com os proprietários do campo de Golfe. Sem sofismas é claro. -----

9ª Porque em termos da “total transparência”, gostava de saber, porque razão V. Exa. não publicou na imprensa local, o montante do subsídio de reintegração profissional, que solicitou aquando da sua saída da Assembleia da República. Já era empresário, era vereador, foi deputado, deixou de ser deputado, continua vereador e continua empresário. Verdade? -----

Mas pediu o subsídio? Era talvez um bom contributo, para ver a diferença da recente e célebre questão – dos políticos profissionais versus profissionais da política. -----

10ª Para que possa credibilizar a classe política. Aquela que V. Exa. chama medíocre, com todos os adjectivos que utiliza no artigo de opinião do mesmo jornal. -----

Assim, talvez os Mealhadenses consigam entender a razão ou razões das suas quarenta e tal faltas às reuniões de Câmara, enquanto vereador. -----

11ª Para que os Mealhadenses possam, mais facilmente compreender os v/ "zig-zag". A marcação das reuniões de Câmara ou o célebre caso do Carnaval, são exemplos recentes. Outros virão a seu tempo. ---

12ª Por último, como diz V. Exa. " para aumentar a participação e valorização ". Em meu entender esta vossa proposta é incompleta, para não lhe chamar outro nome. Acabo por não perceber se o que é entendido é que as duas reuniões tenham atendimento ao público, se é para manter apenas uma, ou se é para os munícipes apenas assistirem às reuniões de Câmara? Se assim é, então quais as vantagens? Mas os Srs. esquecem-se que o pessoal trabalha, ou isto é só para os reformados, para os não-activos, os desempregados, dias-e-dias, etc. ... -----

Então se é para aumentar a participação, deviam ter proposto também outro dia para a reunião. Ao Domingo a seguir à missa é apenas uma sugestão. Mas e as pessoas das outras freguesias? Só falta V. Exas. proporem a cedência dos autocarros escolares no dia da reunião, para recolha dos interessados nos vários lugares, com merenda no fim e regresso a casa. Ou as reuniões são só para os cidadãos da Mealhada? E os outros? " -----

O Senhor Vereador Breda Marques ditou para a acta a seguinte intervenção: " o Senhor Vereador Calhoa discordou da palavra transparência e por esse motivo aproveitou para fazer um conjunto de afirmações que nada têm a ver com a proposta e que não passam de lamentáveis ataques pessoais e profissionais. Os Vereadores eleitos pelo P.S.D. são livres de apresentar as suas propostas ao conhecimento público sempre e como o entenderem e não vão mudar a sua postura apenas porque o Senhor Vereador não gosta. -----

Estamos conversados em relação ao " Mealhada Moderna ", não vou insistir mais, e se não entende ou não consegue distinguir propriedade de direcção, não tenho culpa. -----

Uma proposta tão simples, tornar pública todas as reuniões, para permitir assim a participação de todas as pessoas interessadas não dá para entender como neste contexto a palavra transparência pode suscitar uma intervenção tão infeliz e tão despropositada que nada tem a ver com a proposta. -----

Se ler bem o meu artigo de opinião irá perceber que mais uma vez não tem razão no que diz porque eu não critico toda a classe política mas apenas considero que alguma classe política não passa de medíocre, já que gosta de ler os meus artigos leia-os bem para não se voltar a enganar. -----

O Senhor Vereador volta a falar às reuniões de Câmara mas esquece-se que apenas ocorreram porque o Senhor Presidente e os Vereadores Socialistas tudo fizeram para que isso acontecesse, mudaram os dias das reuniões sem respeito nenhum pelo munícipes que há mais de quinze anos se tinham adaptado às reuniões à segunda-feira e sem respeito nenhum por um Vereador que ficaria inibido de poder

participar nas reuniões, uma atitude arrogante e nada democrática, mas vir depois desta atitude utilizar agora essas faltas para me atacar pessoalmente é uma vergonha”. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu ser completamente descabido que se queira fazer crer que ao falar-se na transparência, se queira pôr em causa a honestidade das pessoas. -----

A proposta foi posta à votação. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que era sua intenção inicial votar a favor da proposta, mas disse que irá abster-se, porque está no Executivo há vários anos e nunca assistiu a algo como o que se passou na reunião hoje, tendo ditado para a acta a seguinte intervenção: “ *não tenho qualquer objecção relativamente à presença do público nas reuniões de Câmara, embora esteja convicta que a única razão que norteia esta proposta dos Senhores Vereadores da oposição assenta exclusivamente na sua sede de protagonismo e na necessidade de ter sempre por perto os jornais, nomeadamente aquele de que são proprietários. São disso exemplo, as situações ocorridas nas últimas reuniões e que hoje se repetem mais uma vez. A nossa função aqui é tratar e resolver problemas dos municípios, apresentar e discutir estratégias e projectos e não debitar frases feitas para a acta como se continuássemos em pleno período de campanha eleitoral* “.-----

O Senhor Vereador Breda Marques ditou para a acta a seguinte intervenção: “ a Senhora Vereadora devia ter mais respeito pelo trabalho que fazemos. Não sei que tipo de complexo tem, mas não é normal ficar assim, apenas pelo facto do trabalho dos Vereadores do P.S.D. ser conhecido. Estamos aqui para trabalhar de uma forma séria pelo nosso Concelho. “ -----

O Senhor Vereador João Pires disse não ser proprietário de nenhum jornal. -----
A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor de todos os membros do Executivo, com excepção da Senhora Vice-Presidente, que se absteve, aprovar a proposta apresentada, com a alteração proposta pelo Senhor Presidente, no sentido de todas as reuniões do Executivo passarem a ser públicas. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio para congratular-se com o resultado da votação, referindo esperar que a mesma tenha resultados positivos para a população.

11. TARIFÁRIO DA ÁGUA PARA AS ESCOLAS – PROPOSTA:

A Câmara Municipal analisou a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do P.S.D., que a seguir se transcreve: -----

----- PROPOSTA -----

Os Vereadores do P.S.D. vêm por este meio apresentar a seguinte proposta: -----

1. Alteração do tarifário da água para as escolas. -----

Ao terem conhecimento de que o valor cobrado pela autarquia por metro cúbico de água às escolas é manifestamente elevado; -----
Conhecendo as várias tentativas que os responsáveis pelos agrupamentos de escolas já tiveram para sensibilizar a autarquia para este problema sem qualquer tipo de resposta; -----
Tendo conhecimento que o preço praticado é de longe superior a todos os concelhos vizinhos; -----
Considerando as dificuldades orçamentais que os agrupamentos de escolas têm para fazer face às despesas; -----
Considerando os constrangimentos que esta despesa impõe aos agrupamentos ao nível da manutenção e beneficiação das estruturas existentes; -----
Considerando que a educação deve constituir uma verdadeira prioridade; -----
Sabendo que as limitações orçamentais são para todos os concelhos, constatamos que nenhum outro tem a mesma política de preços; -----
Entendemos que não é sequer razoável o preço praticado e por isso propomos reduzir o preço por metro cúbico da água para as escolas para um euro. -----

Mealhada 12 de Janeiro de 2006

Os Vereadores do PSD (Gonçalo Breda Marques, João Pires, Carlos Marques). -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu que a proposta foi apresentada depois de ser feita uma pesquisa aos tarifários dos Concelhos vizinhos e por entender que a educação é prioritária. Disse que apesar de saber que existem dificuldades, a verdade é que todos os Concelhos são confrontados com essa realidade. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais perguntou quais eram as escolas a que se refere a proposta em análise, tendo o Senhor Vereador Breda Marques respondido que englobava todas as escolas do Concelho, pois após alguns contactos com os agrupamentos das escolas, foi sentida a preocupação em fazer face às despesas. -----

A Senhora Vice-Presidente ditou para a acta a seguinte intervenção escrita: -----

“ ASSUNTO – PROPOSTA / Alteração de tarifário de água para as escolas -----

É com grande espanto e indignação que vejo esta proposta ser apresentada pelos vereadores do PSD. --
Espanto porque o tarifário da água, saneamento e resíduos sólidos foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara de 21/10/2004. Nessa reunião, foram apresentadas as razões que levaram a Câmara a propor um aumento no tarifário aplicado às instituições sob tutela da Administração Central, no que respeita ao fornecimento de água e prestação de serviços de recolha de esgotos e de resíduos sólidos. Tais razões prenderam-se com o facto dos Orçamentos Gerais do Estado dos últimos anos serem altamente penalizadores para as autarquias e, pelo facto da Administração Central decidir aplicar às Câmaras Municipais taxas até então gratuitas. Ora, com orçamentos cada vez mais limitados e com responsabilidades e competências delegadas cada vez maiores, as autarquias foram ainda confrontadas

com a obrigatoriedade de pagamento de serviços prestados pelos diferentes organismos da administração central que chegam a atingir valores exorbitantes. Neste contexto, a Câmara não tinha outro modo de fazer sentir o seu desagrado senão fazendo reflectir estes encargos nos serviços prestados aos organismos públicos! Defendemos que, de modo algum deveriam ser os nossos municípios a mais uma vez suportar os constrangimentos orçamentais impostos! Face às razões apresentadas o PSD não só aprovou a proposta como ainda se congratulou com a posição do executivo. -----

Indignação porque estamos hoje a discutir uma proposta que já foi mais que discutida em praça pública, explorada politicamente pela comunicação social sem haver qualquer cuidado naquilo que se afirma! -----

Senhor vereador Gonçalo Breda Marques, eu exijo mais respeito por este órgão autárquico. Estamos aqui para representar os interesses da nossa população, de forma profissional, séria e íntegra. Não estamos aqui para brincar aos políticos de forma leviana, irresponsável e interesseira! -----

Esta proposta é o desrespeito evidente pelo trabalho deste órgão executivo. Senão vejamos: a proposta começa por dizer “os vereadores do PSD ao terem conhecimento de que o valor cobrado pela autarquia por metro cúbico de água às escolas é manifestamente elevado”. Não será sua obrigação conhecer o tarifário que aprovou? Ou será que o assunto não era suficientemente sério para merecer a sua atenção? Se levasse isto a sério, antes de tornar público um assunto que só hoje está a ser discutido, deveria ao menos ter a preocupação de se inteirar da realidade, pois é essa a sua obrigação! -----

Sobretudo porque é tão responsável como nós do tarifário em vigor! -----

Por acaso sabe que relativamente aos jardins de infância da rede pública e às escolas básicas do 1º ciclo, os Agrupamentos de Escolas não pagam nada pelos consumos de água, recolha de saneamento e Resíduos sólidos urbanos? Isto porque, ao contrário do que afirma, a educação constitui para nós uma verdadeira prioridade. -----

Ou será que ainda não se apercebeu das obras de requalificação que têm sido feitas nas escolas, do projecto Escolas em Movimento, da implementação do inglês no 1º ciclo, da dinamização das bibliotecas, da informatização das escolas, etc, etc...? -----

Relativamente aos constrangimentos orçamentais das EB23 de Mealhada e Pampilhosa, trata-se de um problema de gestão que só aos conselhos executivos daqueles agrupamentos diz respeito! Cabe a esses órgãos apresentar os seus orçamentos com base nas despesas previstas, rubrica a rubrica. Se o preço da água é de 5 euros o metro cúbico não faz sentido, só para fazer boa figura perante a tutela, apresentar o orçamento com valores de 2003 e 2004. -----

Que eu tenha conhecimento nunca nenhuma escola fechou por falta de verba para fazer face às despesas de funcionamento. Penso que os serviços centrais estarão atentos e têm capacidade para fazer face a estas situações. -----

O que não faz sentido é a população do concelho ser obrigada a suportar uma despesa que pode e deve ser paga pela Administração Central. -----

Refere ainda “várias tentativas dos responsáveis dos Agrupamentos para falar do assunto sem qualquer tipo de resposta” o que é absolutamente falso. -----

Fui contactada pelo Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Mealhada, que recebi no meu gabinete mais do que uma vez e, onde foi abordada a situação da água, não só o preço mas também para informar que existia uma rotura que provocava grandes perdas de água e que conseqüentemente se reflectia no valor da factura. Essa rotura foi identificada pelos serviços desta câmara que sempre colaboraram com aquela escola. -----

Depois de o ter esclarecido sobre as razões que levaram a Câmara a aprovar o tarifário, ele compreendeu, como aliás qualquer munícipe normal compreende, e pediu-me para entender a falta de pagamento da água referindo ter solicitado à DREC um reforço orçamental bem como o pedido para a reparação da rede de água que disse estar em muito mau estado de conservação. Aconselhei-o a pedir uma reunião ao Sr. Director Regional de Educação no sentido de lhe apresentar a real situação das instalações daquela escola. -----

Depois de ter sempre mostrado total abertura e disponibilidade para discutir os assuntos do agrupamento quer com membros do conselho executivo quer com representantes da associação de pais, não vi necessidade para reforçar por escrito aquilo que tratei directamente com os interessados. Eu estou de boa-fé e acredito que os outros também o estão. -----

Aconteceu de forma diferente com o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa que expôs o assunto por escrito, tendo eu usado a mesma via para responder. -----

Desafio os responsáveis pelas escolas deste concelho a referir as vezes que solicitaram reuniões que não tenham sido atendidos e quantas vezes solicitaram colaboração para os seus projectos e que não tenham visto por parte da Câmara apoio e sensibilidade para a sua realização. -----

Com rigor, senhores vereadores, o preço da água em nada prejudica o bom funcionamento das referidas escolas, porque elas têm autonomia pedagógica e financeira e no início de cada ano conhecem as suas necessidades e podem reflecti-las no orçamento apresentado à tutela. O que a Câmara Municipal não pode e não deve fazer é assumir despesas de funcionamento de estabelecimentos de ensino que não são da sua responsabilidade, afectando recursos financeiros que são necessários para fazer face às necessidades dos municípios. -----

Lembro-o, senhor vereador, caso já se tenha também esquecido que este ano a Câmara Municipal da Mealhada foi a única na região a não aumentar o preço da água, saneamento e RSU. -----

De facto, senhor vereador, o que nos distingue são questões de princípios e de ética. Nós não estamos aqui ao serviço do partido nem entregues a populismos desmedidos, tomámos esta posição quando o governo era PSD e mantemo-la com o governo PS, porque a situação face às autarquias não mudou! Nós fomos eleitos para representar e lutar pelos interesses da população do nosso concelho e não para servir interesses próprios ou do partido! -----

Tenho a certeza que nenhum município deste concelho, incluindo os pais dos alunos daquelas escolas, vão querer que a Câmara desperdice recursos financeiros pagando e suportando despesas que não são da sua responsabilidade. -----

Os nossos municípios têm o direito de exigir do executivo rigor na gestão dos dinheiros públicos, os pais e encarregados de educação devem exigir dos responsáveis dos Agrupamentos qualidade no ensino que ministram e capacidade para exigir do Ministério de Educação as melhores condições de funcionamento e de acolhimento das instalações escolares! -----

Foi também por essas razões que a população do concelho nos elegera e que o Ministério de Educação nomeou aqueles professores. “ -----

O Senhor Vereador Breda Marques ditou para a acta a seguinte intervenção: “ mais uma vez parece que aquilo que a incomoda não são as propostas em si mas sim o facto das pessoas terem conhecimento delas. -----

O facto destes tarifários terem sido aprovados em 2004 não invalida nunca que sejam alterados. Esta proposta tem precisamente como fim servir os interesses da população. E precisamente por nos inteirarmos da realidade nos apercebemos das dificuldades e constrangimentos que este tarifário coloca aos agrupamentos. E este ao contrário do que diz, não é apenas um problema de gestão da escola, e quando lhe digo que no Agrupamento de Escolas da Mealhada ponderaram fechar a escola, não deveria levar essa posição a brincar, mas pelo contrário devia ficar mais sensível à questão. -----

Dizer que este tarifário não prejudica em nada o funcionamento das escolas é isso sim demonstrar total desconhecimento dos constrangimentos que ele provoca. -----

Realmente o que nos distingue são questões de princípio e de ética, insinuar que nesta proposta existem interesses pessoais, é mesmo próprio de quem não tem argumentos. -----

A Senhora Vereadora continua a pensar que a população apenas elegera a si. Está enganada. Nós também fomos eleitos e a nossa função é zelar pelo nosso Concelho, tal como a sua. “ -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que o Senhor Vereador Breda Marques continua a desconhecer a organização das escolas do Concelho. O Agrupamento de Escolas representa vários níveis de ensino: Pré-escolar, 1.º ciclo e 2º e 3º Ciclos. Do Pré-escolar e 1º Ciclo que são a maioria nem sequer pagam água, o tarifário é zero. Apenas o edifício da E.B. 2, 3 está sujeito ao pagamento de água, por depender directamente do Ministério da Educação. Não são as escolas que são penalizadas como tenta iludir os menos informados. E por essa razão, não devemos deixar que o Conselho Executivo prejudique o Pré-escolar e o 1º Ciclo por causa do desequilíbrio nas despesas de funcionamento de uma escola que nem sequer é da responsabilidade da autarquia. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais ditou para a acta a seguinte intervenção: “ não consultou os Agrupamentos, simplesmente li o Jornal Mealhada Moderna juntamente com um aluno do 4º ano da E. B. 1 de Barcouço e a ser verdade a Escola ter pago uma factura de 6.000 euros relativamente aos meses de Setembro e Outubro, daria cerca de 1200 metros cúbicos de água, logo alguma coisa não está bem, tanto mais que no ano de seca extrema no País, feitas as contas a uma média de 300 alunos, daria cerca de 4 metros cúbicos nos dois meses, 2 euros por aluno e por mês, quando nós grande parte “importamos” água de Coimbra, além do mais pedagogicamente era mau. “ -----

Colocada a proposta à votação, verificou-se que votaram a favor os Senhores Vereadores Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques, e contra, o Senhor Presidente, a Senhora Vice-Presidente e os Senhores Vereadores José Carlos Calhoa Morais e António Jorge Fernandes Franco, pelo que a Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a proposta apresentada pelos Senhores Vereadores do P.S.D. -----

----- E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 18h e 30m. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, *Cristina Maria Simões Olívia*, secretária das reuniões da Câmara Municipal, nomeada por Despacho n.º 35/2005, de 24/10/2005, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----
